

# SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUI 2013  
Ciência • Saúde • Esporte



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico  
Evento: XXI Seminário de Iniciação Científica

## O ORÇAMENTO COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO (OCP) DE IJUÍ DE 2009 A 2012: A PERCEPÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS E DELEGADOS DO OCP, NA DINÂMICA DA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROJETOS<sup>1</sup>

**Danieli Grandotto Felipim<sup>2</sup>, Sérgio Luís Allebrandt<sup>3</sup>, Neide Ribas Da Luz Scaparo Ribas<sup>4</sup>.**

<sup>1</sup> Projeto de Iniciação Científica vinculado ao Projeto “Cidadania e Alocação de Recursos Públicos: Análise da Participação da Sociedade Civil nas Dinâmicas de Discussão e Elaboração dos Instrumentos de Gestão”, Grupo de Pesquisa GPDeC.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Administração/UNIJUI, Bolsista PIBIC/CNPq, dani.felipim@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professor Doutor do PPGDES/UNIJUI, Orientador, allebr@unijui.edu.br

<sup>4</sup> Mestranda em Desenvolvimento no PPGDES/UNIJUI. Coorientadora do subprojeto, neidecunhabio@gmail.com

### Introdução

O município brasileiro, a partir da Constituição de 1988, tornou-se um ente federativo com relativa autonomia administrativa, política e financeira. No entanto, em termos de gestão e planejamento a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional definem os mesmos de instrumentos básicos, sendo os principais o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA). Da mesma forma, as normas constitucionais e infraconstitucionais obrigam os governos das diferentes esferas federativas a praticar formas participativas nos processos de elaboração desses instrumentos de planejamento e gestão, realizando audiências públicas ou instituindo espaços e mecanismos democráticos como o plano plurianual participativo e o orçamento participativo.

No que se refere a esses espaços de interação entre o Estado e a sociedade, os aspectos diferenciais são determinantes para a efetividade dos mesmos. Ocorre que os aspectos culturais e o estilo e perfil das administrações locais possibilitam que a participação da sociedade civil possa ser efetiva para a construção da cidadania e do desenvolvimento local/regional ou possa se constituir em mera retórica através de processos de cooptação ou manipulação. Daí a importância de estudos que busquem conhecer e analisar estas diferentes dinâmicas estabelecidas nos municípios brasileiros. É o que propõe o projeto geral de pesquisa, cujo objetivo é “Conhecer, analisar e comparar os processos de elaboração, execução e avaliação dos instrumentos de planejamento e gestão utilizados pelos governos dos municípios do Corede Noroeste Colonial”. Este subprojeto, por sua vez, buscou “Descrever e analisar o processo de controle social na dinâmica de elaboração, execução e avaliação dos resultados do Orçamento Comunitário Participativo (OCP) de Ijuí, no período de 2009 a 2012”. Entender o espaço atribuído às novas formas de participação institucionalizadas, como o OCP, é crucial num cenário de práticas inovadoras de gestão pública com foco na coletividade.

### Metodologia



Para uma VIDA de CONQUISTAS

# SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUÍ 2013  
Ciência • Saúde • Esporte



**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico

**Evento:** XXI Seminário de Iniciação Científica

Este subprojeto enquadra-se como pesquisa aplicada, pois conhecer o OCP e os percalços desse processo permite buscar soluções de problemas de interesse da comunidade ijuicense e da gestão pública local. Optou-se pela abordagem interpretativa inserida no paradigma da teoria social crítica habermasiana, por constituir-se de possibilidades de refletir eventos sociais cotidianos em que a linguagem é vista como prática social e, portanto, condicionada ao contexto em que é produzida – daí os discursos e as práticas de todos nos processos serem tomados como objetos de interpretação e reinterpretação (ALLEBRANDT, 2012a; 2012b).

Como estratégia metodológica, foram realizadas entrevistas com base em roteiros semiestruturados com agentes públicos e com os delegados eleitos no processo do OCP, além da análise documental, visando compreender a dinâmica do processo. Procurou-se verificar a percepção dos entrevistados em relação aos seguintes aspectos: as expectativas em relação ao OCP, a participação dos cidadãos nas reuniões, a avaliação dos mesmos em relação ao OCP, o processo de comunicação e divulgação das etapas do OCP. Partiu-se dos aspectos positivos e negativos identificados nas entrevistas para a análise da dinâmica deste processo.

O Regimento do OCP (IJUÍ, 2010) do município de Ijuí separa os bairros e os distritos em 10 regiões que agrupam a área urbana (os bairros) e a área rural (os distritos). Para a realização das entrevistas optou-se por uma amostragem de conveniência em que, segundo Gil (2001), “cabe ao pesquisador selecionar os elementos a que tem acesso considerando que estes podem ser representativos do universo a ser pesquisado”. Assim, foi escolhido um bairro ou distrito de cada uma das dez regiões do OCP, nos quais foram entrevistados delegados.

## Resultados e Discussão

O Orçamento Comunitário Participativo é um instrumento democrático, transparente e de participação direta, que envolve a população na discussão e decisão dos investimentos e serviços prioritários para o município, é mais do que um programa de gestão participativa, é um espaço de construção da cidadania. Com base na análise das entrevistas, a participação da sociedade civil no processo do OCP é vista de forma diferente entre os gestores e delegados. Ambos reconhecem que o OCP é importante e bastante positivo “[...] É importante, porque o poder público questiona os bairros para saber a prioridade, as necessidades dos bairros, o que eles realmente precisam”. “[...] Do ponto de vista do município eu acho mais interessante do que aquele do Estado, porque o do município eu acho que são recursos que vão estar mais próximos da população”.

No entanto, os mesmos concordam que a participação das comunidades nas reuniões é inexpressiva, fato que contribui para constantes críticas sobre as decisões tomadas “[...] O pessoal tem participado pouco, eles são avisados, mas é pouca a participação. Deveria ser mais divulgado. E são muito acomodados também. A maioria dos moradores querem benefício só para si próprio. A gente questiona não só para si próprio, mas tem que querer para os outros também” ou “[...] Eu acho que porque era a primeira reunião, e o pessoal é um pouco desacreditado em relação a isso, até porque as opiniões são muito divergentes”. “[...] Pouca participação. Aqui é um Bairro de classe média a cima, não é aquela coisa de pobre, que todo mundo vai lá. Aqui todo mundo tem compromisso, aí





**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico

**Evento:** XXI Seminário de Iniciação Científica

“você convida e ninguém pode quase. Então quem abraça a causa são poucas pessoas. Aí quem não participa muitas vezes critica”.

De acordo com os entrevistados essa pequena participação se deve ao fato de que as pessoas não acreditam na eficiência do processo do OCP, e por buscarem projetos inviáveis cujos beneficiários são uma parte da população ou a si próprio. Além disso, foi apontado pelos mesmos que a divulgação dos projetos é inconsistente “[...] No caso do Orçamento Participativo, eu acho que nós falhamos muito no processo de comunicação, claro que as pessoas que estão envolvidas com a obra sabem que a obra aconteceu, [mas] como nem todas participaram, nem todas sabem que é do OCP”. Além disso, após acompanhar os processos de participação constatou-se que falta dar visibilidade aos projetos, pois no sentido educativo as pessoas precisam conhecer os resultados, como por exemplo [...] que aquela obra aconteceu porque a comunidade se mobilizou e conseguiu”, identifica-se este aspecto como uma grande falha dos gestores “[...] É necessário criar mecanismos de comunicação, até de marketing e nisso nós fomos muito falhos. Nós não conseguimos colocar uma placa lá, que isso aqui é uma obra do OCP”. Demonstra-se que existem muitos pontos a serem modificados, uma vez que o processo do OCP e da participação cidadã encontra-se em constantes ajustes, pelo fato de ser um processo que existe no município a pouco tempo.

### Conclusão

As conclusões apontam no sentido de que tanto os agentes públicos quanto os delegados consideram o OCP como uma inovação importante, ao agregar a participação da sociedade civil no processo de escolha das demandas prioritárias que promovam melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. No entanto, um dos principais entraves apontados ao processo, e que provoca uma diminuição na credibilidade por parte da população, é a não execução dos projetos e demandas escolhidos pelos participantes. Neste sentido, é fundamental que a administração pública, ao decidir dividir o poder decisório com a comunidade por meio do processo do OCP, de fato cumpra o que foi decidido, sob pena de transformar o processo em mero discurso sobre participação. O processo pode e deve ser ampliado e aperfeiçoado para garantir o maior envolvimento da população, pelo efeito pedagógico destas dinâmicas participativas para uma cultura mais democrática nos municípios e um efetivo envolvimento da população no processo de controle social e de planejamento e gestão das políticas públicas, qualificando a ação pública, eliminando a corrupção e na busca de uma cultura voltada ao bem comum e ao interesse público, colocando em segundo plano os interesses particulares individuais.

Fomento: PIBIC/CNPq

Palavras-chave: gestão social, gestão pública, orçamento participativo.

### Referências Bibliográficas

ALLEBRANDT, S. L. Planejamento do Desenvolvimento e Elaboração de Orçamentos Públicos: a Participação da Sociedade Civil. In: 18th APDR Congress. Faro, Portugal, junho de 2012. Atas





**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico

**Evento:** XXI Seminário de Iniciação Científica

Proceedings. Universidade do Algarve, Faro, Portugal; APDR, Universidade Açores, Portugal. 2012. p. 510-524

\_\_\_\_\_. Espaços públicos e processos deliberativos: categorias e indicadores para monitoramento e análise. In: BEDIN, G. A. Cidadania, Direitos Humanos e Equidade. Ijuí: Editora Unijuí, 2012. P. 151-196.

GIL, A. C.. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

IJUÍ. PODER EXECUTIVO. Regimento do Orçamento Comunitário Participativo do Município de Ijuí. Ijuí: Seplan, 2010.